



*Fundado no
Sesquicentenário da
Batalha do Seival*

O GAÚCHO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO
INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL

BICENTENÁRIO DE OSÓRIO E DE TAMANDARÉ

Ano 2007

Nr 45

O MARQUÊS DE POMBAL E SUA PROJEÇÃO NA CONSOLIDAÇÃO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Cel Cláudio Moreira Bento, Presidente da AHIMTB

Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal e Conde de Oeiras (1699-1782), nasceu em Portugal, com origem em família tradicional. Estudou Direito, História e Política. Seu tio, Cardeal da Mota, apresentou-o a Dom João V, que o enviou como embaixador para Londres e depois Viena.

Ficando viúvo, casou com a austríaca Leonor Daun, da antiga nobreza e bem mais moça do que ele. Dizia-se que tiveram um casamento feliz. A rainha de Portugal, Dona Maria (austríaca) tornou-se muito amiga de sua compatriota, protegendo Pombal, que já não era bem visto por Dom João V. Isto talvez tenha influenciado na sua escolha, aos 50 anos, por D. José I para seu ministro, e mais, a sua notável aprendizagem política internacional e administrativa em Londres, a qual colocaria em prática. Pombal conquistou a inteira confiança do rei e monopolizou o poder, especialmente depois do terremoto de Lisboa, em 1755.

Tornou-se odiado pela nobreza e pelos jesuítas. O genovês João Batista Pele, que tentou assassiná-lo, foi punido com o esquartejamento, como regicida. Quanto ao visionário jesuíta Gabriel Malagrida, tido como suposto herege, Pombal mandou queimá-lo em fogueira.

De 1750 a 1777, por cerca de 27 anos, Pombal foi o virtual ditador de Portugal. Com a morte de Dom José I, em 1777, houve violenta reação contra Pombal, reação que passou à história como A Viradeira. Processado politicamente, Pombal foi declarado ser merecedor de castigo exemplar. Foi perdoado por Dona Maria I das penas corporais, morrendo poucos meses depois de terrível doença, na Quinta de Pombal, com cerca de 82 anos, depois de haver deixado o poder absoluto, como déspota esclarecido, cinco anos antes.

Pombal tentou impedir a evasão do ouro, retirado do Brasil, para a Inglaterra. Promoveu reformas na administração e no ensino, estimulou a indústria e o comércio e fortaleceu a posição internacional de Portugal. No tocante ao desenvolvimento do Brasil, sua expansão, consolidação geográfica e fortalecimento militar, este trabalho o demonstra.

Estimulou a exportação do açúcar e do fumo e entrou em conflito com os jesuítas que se opuseram militarmente à entrega dos Sete Povos das Missões a Portugal em troca da Colônia do Sacramento. Fato que provocou a expulsão dos jesuítas da América do Sul por Portugal e Espanha.

Segundo João Abel da Fonseca, que revelou as cartas secretas do Marquês de Pombal ao seu irmão Capitão-General do Grão-Pará Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o confronto de Pombal com os jesuítas na Amazônia teria sido em razão de estarem estes digladiando-se entre si na disputa por privilégios e opondo, à política portuguesa/espanhola, as congregações religiosas, ***“em especial a Companhia de Jesus, voltada para controlar a Amazônia, onde formaria um Estado de Deus independente da tutela de Portugal e Espanha”***.

No Sul, os jesuítas haviam se oposto militarmente à entrega das Missões, da Espanha para Portugal, de acordo com o Tratado de Madri, subvertendo os índios, o que passou à História como Guerra Guaranítica, 1752-54. Os jesuítas, muito antes, no período da União das Coroas de Portugal e Espanha (União Ibérica, 1580-1640), haviam estabelecido as reduções jesuíticas de Itatins (no Mato Grosso do Sul), de Guairá (a oeste do Paraná) e Tape (Rio Grande do Sul), das quais foram expulsos pelos bandeirantes paulistas. Reduções estas que, em conjunto, teriam formado um Império Teocrático Guarani que o Marechal Solano Lopes, conforme mencionam alguns intérpretes, tentou reconstituir, ao invadir, durante a Guerra do Paraguai, o atual Mato Grosso do Sul por Dourados e o Rio Grande do Sul por São Borja.

Em 1755, Pombal criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, para desenvolver a Amazônia, concedendo-lhe o direito exclusivo de navegação, comércio de produtos da Amazônia e tráfico de escravos negros para substituir a escravidão indígena, por ele mesmo proibida, fato que provocou a revolta dos escravistas da Amazônia. No decorrer deste trabalho ficará mais clara a sua grande projeção na definição do destino brasileiro da Amazônia e no seu fortalecimento militar.

A ação do Marquês de Pombal, absolutista, mas considerada esclarecida, foi apoiada, entre outras ações, com apoio no Acadêmico Coronel João Ribeiro da Silva, em sua obra **O Brasil colonial e imperial**. Administrativamente, ação apoiada em razões de Estado. Na legitimidade real, baseada no princípio de nacionalidade e não em suposta origem divina. Na luta, para restaurar a fraca economia de Portugal, com política independente do controle inglês, principalmente. E basear sua política em princípios mercantilistas. No estreitamento das relações da metrópole com suas colônias, em especial com o Brasil, porque delas resultaria a sobrevivência de Portugal. E na rigidez do comércio da metrópole, no caso do Brasil, com monopólio exportador e importador, criação das Companhias de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1755, e a de Pernambuco e Paraíba em 1759, pois só o monopólio asseguraria a remessa de lucros para Portugal. Companhias que seriam extintas pela rainha D. Maria I.

E ainda, na transferência da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, em 1763, por razões estratégicas, face a problemas com os espanhóis, relacionados com a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, e posterior apoio à guerra contra os espanhóis, que invadiram e dominaram cerca de 2/3 do atual Rio Grande do Sul por cerca de 13 anos (1763-75), fato que abordamos amplamente na obra **A Guerra da Restauração**. Rio de Janeiro, BIBLIEx, 1996. Em reformas sobre cobrança de impostos, combate ao contrabando, etc. Na extinção das Capitânicas Hereditárias e fortalecimento do poder dos vice-reis. No estabelecimento da derrama, na mineração das Casas de Fundação e fixação de cotas anuais de 100 arrobas (1.500 kg). Na concentração, em Diamantina, do monopólio da extração de diamantes. A não tolerância a nenhuma interferência ou reação à autoridade real, do que resultaria a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, por haverem desafiado as autoridades dos reis de Portugal e Espanha, o que resultou na Guerra Guaranítica (1752/54), já citada, que abordamos na História da 3ª RM, 1808-1889 e Antecedentes. Porto Alegre, Pallotti, 1994.

O período de Pombal como embaixador na Inglaterra e Áustria se constituiu em valiosa escola para o manejo administrativo e político de Portugal de 1750/77, período de grande movimentação no Brasil, e de definição e consolidação de suas dimensões continentais. Esta abordagem é importante para melhor se entender a nossa História Militar Terrestre da Amazônia.

Foi sob a influência do Tratado de Madrid de 1750 e sob o Rei D. José, que o Marquês de Pombal, particularmente com o concurso de seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do

Grão-Pará e Maranhão, que abrangia os atuais estados do Piauí, Maranhão, Pará, Amazonas, Mato Grosso, e também chefe plenipotenciário da Comissão de Limites de Portugal com a Espanha, consolidou a conquista da Amazônia Brasileira e, em especial, a expressiva parte da área hoje denominada Calha Norte, ao norte dos rios Japurá e Amazonas.

Além disso, os dois irmãos consolidaram a posse luso-brasileira de parte de Rondônia atual, onde asseguraram a ligação da Amazônia com o Mato Grosso, ou das bacias Amazônica e do Prata, através da liberação do caminho Belém-rios Amazonas, Madeira e Guaporé-Vila Bela-Cuiabá, alternativo para o escoamento do ouro de Mato Grosso.

Ao Marquês de Pombal, a História Militar Terrestre do Brasil está a dever o seu fortalecimento militar terrestre, a ocupação e a estrutura da defesa de nossas fronteiras, não só na Amazônia como também no sul e no Oeste. Isto, segundo se concluiu de Marcos Carneiro de Mendonça, no passado grande goleiro do Fluminense e depois assinalado historiador, em seus estudos **A Amazônia na Era Pombalina**. Rio de Janeiro, IHGB, 1963, 3 v. e **O Caminho do Mato Grosso e as fortificações pombalinas na Amazônia**, RIHGB, v. 251, Abr/Jun 1961.

A administração pombalina consolidou a posse da Amazônia, conquistada pelo General Pedro Teixeira em 1539, com as seguintes providências militares:

-de construção: do Forte de Macapá (potencializado); do de São Joaquim, no Rio Branco; do de São José de Moarabitanas; do de São Gabriel da Cachoeira; do de Tabatinga; do de Mariuá (atual Barcelos); do de Bragança e do Príncipe da Beira, além de uma Guarda Militar na antiga missão jesuítica de Trocano (atual Borba), próximo da foz do Madeira, para funcionar como registro, impedir o descaminho de ouro das minas de Cuiabá, infiltrações norte-sul nas minas de Mato Grosso e para apoio logístico a viajantes autorizados entre a Amazônia e Mato Grosso.

A fortaleza de Macapá visava fazer face a pressões dos franceses. O Forte de São Joaquim, para fazer face a pressões dos holandeses o qual, mais tarde, serviria para conter pressões dos espanhóis e parcialmente dos ingleses da Guiana Inglesa. Os de Moarabitanas, São Gabriel, Mariuá (Barcelos, Tabatinga, Bragança e Príncipe da Beira para fazer frente a pressões de espanhóis que chegaram a estabelecer, na margem direita do rio Guaporé, as missões jesuíticas espanholas de São Miguel, Santa Rosa, São Simão e São Nicolau. Missões que foram removidas para o outro lado do Guaporé, proporcionando segurança e continuidade ao caminho fluvial luso-brasileiro Belém-Vila Bela-Cuiabá. Pressões que cessaram com a expulsão dos jesuítas da área pela Espanha. Na missão de Santa Rosa foi erigido o Forte Nossa Sra. da Conceição, depois mudado o nome para Forte de Bragança.

E completa Marcos Carneiro de Mendonça:

“Quanto às fortificações pombalinas da Amazônia, só tenho a reafirmar o que venho sustentando a respeito. Toda a imensa região das terras situadas ao norte do rio Amazonas, só não passou a ser terra de ninguém depois que o Gabinete do Marquês de Pombal fez ali construir as fortalezas e fortes de Macapá, São Joaquim, Moarabitanas, São Gabriel, Tabatinga e Príncipe da Beira”. Complementaríamos Carneiro de Mendonça acrescentando o Forte do Rio Negro em Barcelos (Mariuá), que foi uma espécie de Quartel-General da Demarcação da Amazônia.

Em 1758, o rei de Portugal, em carta a D. Antônio Rolim de Moura, o fundador de Vila Bela, em Mato Grosso, e um dos artífices da consolidação da conquista da Amazônia dizia, dos luso-brasileiros agentes desta obra ciclópica, algo semelhante ao que Winston Churchill diria dos pilotos ingleses da RAF, na batalha aérea travada contra Hitler: **“Nunca tantos deveram tanto a tão poucos”**.

Dom José disse mais ou menos assim, ao referir-se à consolidação da conquista da Amazônia Brasileira sob sua égide, lembrando e assemelhando a saga amazônica às ações de Portugal na Índia Oriental:

“Onde tão poucos portugueses (luso-brasileiros) fizeram tantos e tão façanhosos progressos e dominaram tantas e tão numerosas ações”.

A abertura do caminho pelo Amazonas-Mato Grosso fora proibido por Dom João V, para impedir o descaminho do ouro e diamantes do rio Cuiabá. E mais, infiltrações estrangeiras na região de Cuiabá. Mas isto estava alimentando a ameaça de espanhóis de interromperem esta ligação com a instalação de missões jesuíticas na atual Rondônia. Missões que só não prosperaram por serem ameaçadas por criminosos homiziados na ilha Comprida do rio Aporé (Guaporé), os quais impediram os jesuítas de expandirem suas missões.

Para impedir a circulação entre a Amazônia e as minas de Cuiabá, e que estrangeiros atingissem estas minas, foi levantada a linha de ação de bem fortificar a entrada do Amazonas. Mas foi lembrado que os espanhóis achavam-se muito fortes no rio Mamoré, navegando a toda hora pelo rio Madeira, onde fundaram, por descuidos dos luso-brasileiros, diversas missões.

A fundação de Vila Bela (atual Mato Grosso) por Rolim de Moura mereceu do Capitão General do Grão-Pará Mendonça Furtado este estímulo quando disse...

“Não ter dúvida de que em pouco tempo será uma populosa cidade. E isto baseado no grande zelo e atividade que atribui ao seu fundador”. E completou: “Sobre o ponto de vista estratégico, o local onde fundou Vila Bela era impossível que fosse outro melhor. Principalmente, se o Rei Dom José I permitir a comunicação de Vila Bela com as minas de Cuiabá.

Vila Bela, situada na Bacia Amazônica, podia comunicar-se com as minas de Cuiabá, na Bacia do Prata, da seguinte maneira:

Existem dois rios navegáveis, o Alegre e o Aguapeí, tributários das bacias Amazônica e do Prata, e separados por uma planície de mais de duas léguas, através da qual se poderiam transpor cargas de Vila Bela para Cuiabá e vice-versa.

Além das citadas fortificações pombalinas da Amazônia, o Marquês de Pombal criou dois regimentos de infantaria, com mais de 500 homens cada um, para guarnecer Belém e a nova e poderosa fortaleza de Macapá. Esta, com dominância de vistas e fogos sobre o principal canal de acesso à Bacia Amazônica.

A definição do destino brasileiro de Rondônia muito está a dever à ligação fluvial Belém-Vila Bela, à construção dos fortes Bragança e Príncipe da Beira e à Guarda Militar e Registro de Ouro da atual localidade de Borba.

Antes das providenciais pré-demarkações do Tratado de Madri na Amazônia e da chegada do Capitão-General do Grão-Pará Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, os documentos dão conta da situação miserável das tropas, oficiais estropiados e ignorantes e sem noção de disciplina.

Mendonça Furtado recebeu de seu irmão duas difíceis missões:

1) Proibir a escravidão dos índios na Amazônia, cujo trabalho deve ser remunerado, e recorrer ao trabalho negro escravo africano.

2) Conseguir que os padres com excessivo poder temporal na Amazônia, possuidores de grandes patrimônios, abdicassem dos mesmos e ficassem restritos só ao poder espiritual.

Finalmente, a diretriz dos colonizadores, sempre presente e atual na luta pela Amazônia:

“Julgada a causa justa, pedir proteção de Deus e atuar ofensivamente, mesmo em inferioridade de meios”.

Fonte: BENTO, Cláudio Moreira, Cel. **Amazônia Brasileira – Conquista, consolidação e manutenção (1616-2003) – História Militar Terrestre da Amazônia**. Pág. 103/109. AHIMTB, Metrópole, Porto Alegre, 2003.